

## Editorial

DOI: 10.54446/bcg.v14i2.3726

*Conselho Editorial*

Anunciada há algum tempo, a instrumentalização da produção do ódio político a partir das redes de informações vem se projetando e se destacando de maneira crescente. O que presenciamos ao final deste ano é a confirmação da aliança entre empresas e conglomerados de tecnologia e de informação, em especial dos responsáveis por algumas das maiores redes sociais, e a extrema direita, com modalidades neofascistas. Se 2018 nos trouxe uma subterrânea e oculta operação da Cambridge Analytica na coleta de dados via redes sociais para mobilização política, o ano de 2024 nos trouxe os ativismos políticos declarados e nada constrangidos de Musk e Zuckerberg.

A combinação de indivíduos considerados chave para a operação das empresas de informação e de mídia com políticos associados a práticas e discursos reconhecidamente – e, por vezes, assumidamente – xenofóbicos, racistas e fascistas pode não ser espantosa, posto que há tempos se conhece o pouco esforço em coibir a circulação de informações falsas e conteúdos de ódio. Porém, a definição institucional de um posicionamento político na orientação das redes prenuncia um aprofundamento muito maior do problema.

O dilema do fazer científico se aproxima, agora, do dilema das redes. Neste momento, dentre os instrumentos da métrica de publicações científicas adotados internacionalmente, vem se destacando a presença de redes sociais acadêmicas – como ResearchGate e Academia – e de métricas capitaneadas por empresas globais de tecnologia e informação – como Google e Thomson Reuters. Ao mesmo tempo, redes sociais mais conhecidas e de ampla visibilidade vêm sendo amplamente utilizadas como mecanismo de publicidade acadêmica, por vezes sob o pretexto de “divulgação científica”. Na busca por capital acadêmico ou mesmo monetização, a entrada na disputa com os demais produtores de conteúdo pela atenção dos usuários contribui majoritariamente para aumentar a rentabilidade das grandes empresas detentoras das plataformas digitais.

Isso leva a consequências diversas, como a adoção da estética e dinamicidade das redes sociais no fazer acadêmico e a assimilação de mecanismos homólogos à publicidade comercial pela comunidade científica, ou seja, o emprego de instrumentos de atração de clientela e de métricas de plataformas digitais na própria prática cotidiana da ciência. Além disso, vemos com preocupação a intensificação do processo de mercantilização da produção científica, contribuindo com a naturalização da cobrança de valores exorbitantes para a publicação ou leitura de artigos, sobretudo por periódicos considerados de maior “impacto”.

Em um momento de reformulações da avaliação de periódicos, de artigos científicos e de programas de pós-graduação por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é necessário ponderar os

caminhos que a ciência brasileira pretende trilhar nos próximos anos. Tal preocupação deriva do fato de que a valorização ou desvalorização de produções regionais e nacionais depende das decisões acerca das métricas e procedimentos adotados, sejam elas mais atinentes às que são empregadas num contexto de produção científica globalizada, seja a partir de critérios estabelecidos segundo as particularidades nacionais. A cobrança da adesão a determinados padrões de divulgação, indexação ou inserção é capaz de influenciar as práticas, os princípios de reconhecimento e até mesmo o próprio conteúdo da produção científica e, por fim, definir quem e como poderá ou não participar dessa comunidade.

Com isso, buscamos convidar a todas e todos a mais uma vez realizarmos uma reflexão acerca das formas como a organização do campo científico acompanha os movimentos da sociedade e, por isso mesmo, a necessidade de colocá-la constantemente em perspectiva. Se as grandes empresas e conglomerados de tecnologia que controlam as redes que têm estruturado parte significativa da comunicação global definem sua posição política abertamente, torna-se patente que as definições da organização da produção científica são, mais do que nunca, definições políticas - com consequências para o futuro econômico, social e cultural do país.



Com essa reflexão, e buscando renovar nosso compromisso com a divulgação da pesquisa e do fazer geográfico, o Boletim Campineiro de Geografia traz a público o segundo número de seu décimo quarto volume. Sempre abertos a contribuições de origens plurais e buscando a construção de uma revista cosmopolita e diversa, apresentamos artigos e outros materiais na intenção de manter acesos os debates relevantes na área da Geografia.

Nesta edição trazemos aos leitores o total de dez artigos submetidos em fluxo contínuo, frutos de pesquisas científicas em temáticas que abrangem a urbanização, a geomorfologia, a conservação ambiental, entre outros. Além disso, apresentamos também uma resenha do recém publicado livro de Larissa Bombardi intitulado "Agrotóxicos e colonialismo químico" e duas notas sobre eventos científicos recém realizados.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura.